

A CIDADE ENCENADA: ESPAÇO PÚBLICO E A FÁBULA URBANA DO NOVO CAIS

THE CITY STAGED: PUBLIC SPACE AND THE URBAN FABLE OF THE NEW DOCKS

LA CIUDAD EN ESCENA: EL ESPACIO PÚBLICO Y LA FÁBULA URBANA DE LOS NUEVOS MUELLES

 **Liliana de Souza Adrião¹**

RESUMO

O artigo analisa criticamente os usos simbólicos e políticos do espaço público a partir do caso do projeto “Novo Cais”, lançado pela Prefeitura do Recife em 2024. Inserido no mesmo território onde, anos antes, o Movimento Ocupe Estelita se insurgiu contra o projeto Novo Recife, o Novo Cais recicla discursos de participação, inovação e reconexão urbana. Contudo, ao invés de promover inclusão real, reafirma uma lógica de espetacularização da cidade e subordinação do território aos interesses do capital imobiliário. A presente pesquisa parte do entendimento de que o espaço público não é um dado neutro, mas um campo de disputa simbólica e material. Utilizando análise documental e qualitativa, a investigação se apoia em fontes como registros fotográficos, publicações de coletivos, matérias jornalísticas e documentos institucionais, além do referencial teórico de autores como Manuel Delgado, Milton Santos e David Harvey. O artigo contrapõe a narrativa oficial do Novo Cais à experiência insurgente do Ocupe Estelita, revelando como discursos hegemônicos se apropriam de pautas sociais para legitimar transformações urbanas excludentes. Ao tratar a cidade como encenação, o texto evidencia a necessidade de compreender os mecanismos de captura simbólica do espaço público e seus efeitos na produção desigual da cidade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço público; Cidadania urbana; Especulação imobiliária; Fábulas urbanas; Ocupe Estelita.

ABSTRACT

The article critically analyzes the symbolic and political uses of public space based on the case of the “Novo Cais” project, launched by the Recife City Hall in 2024. Situated in the same territory where, years earlier, the Ocupe Estelita Movement rose up against the Novo Recife project, Novo Cais recycles discourses of participation, innovation, and urban reconnection. However, instead of promoting real inclusion, it reaffirms a logic of the spectacularization of the city and the subordination of the territory to the interests of real estate capital. The present research starts from the understanding that public space is not a neutral given, but a field of symbolic and material dispute. Utilizing documentary and qualitative analysis, the investigation relies on sources such as photographic records, publications from collectives, journalistic articles, and institutional documents, in addition to the theoretical framework of authors like Manuel Delgado, Milton Santos, and David Harvey. The article contrasts the official narrative of Novo Cais with the insurgent experience of Ocupe Estelita, revealing how hegemonic discourses appropriate social agendas to legitimize exclusive urban transformations. By treating the city as a staging (dramatization), the text highlights the need to understand the mechanisms of the symbolic capture of public space and their effects on the unequal production of the contemporary city.

KEYWORDS: Recife; Public space; Urban citizenship; Real estate speculation; Urban fable; Ocupe Estelita.

¹ Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil, liliana.adriao@ufpe.br

RESUMEN

El artículo analiza críticamente los usos simbólicos y políticos del espacio público a partir del caso del proyecto “Novo Cais”, lanzado por la Alcaldía de Recife en 2024. Insertado en el mismo territorio donde, años antes, el Movimiento Ocupe Estelita se levantó contra el proyecto Novo Recife, el Novo Cais recicla discursos de participación, innovación y reconexión urbana. Sin embargo, en lugar de promover una inclusión real, reafirma una lógica de espectacularización de la ciudad y subordinación del territorio a los intereses del capital inmobiliario. La presente investigación parte de la comprensión de que el espacio público no es un dato neutro, sino un campo de disputa simbólica y material. Utilizando análisis documental y cualitativo, la investigación se apoya en fuentes como registros fotográficos, publicaciones de colectivos, artículos periodísticos y documentos institucionales, además del marco teórico de autores como Manuel Delgado, Milton Santos y David Harvey. El artículo contrapone la narrativa oficial del Novo Cais a la experiencia insurgente del Ocupe Estelita, revelando cómo los discursos hegemónicos se apropian de agendas sociales para legitimar transformaciones urbanas excluyentes. Al tratar la ciudad como una puesta en escena (escenificación), el texto evidencia la necesidad de comprender los mecanismos de captura simbólica del espacio público y sus efectos en la producción desigual de la ciudad contemporánea.

PALABRAS CLAVE: Recife; Espacio público; Ciudadanía urbana; Especulación inmobiliaria; Fábula urbana; Ocupe Estelita

INTRODUÇÃO

A cidade contemporânea tem sido constantemente reencenada por meio de discursos que buscam legitimar intervenções urbanas sob o pretexto da revitalização, da reconexão e da participação cidadã. Essas narrativas operam como verdadeiras fábulas urbanas: encenações simbólicas que ocultam processos de exclusão, mercantilização do território e reforço de desigualdades. No Recife, o projeto “Novo Cais”, lançado em 2024 pela Prefeitura, representa um capítulo recente dessa lógica. Apresentado como proposta de integração urbana e inovação arquitetônica, o projeto atualiza os dispositivos estéticos e discursivos que outrora sustentaram o polêmico “Projeto Novo Recife”, reeditando a cidade como espetáculo e reafirmando a centralidade do capital imobiliário na configuração dos espaços públicos.

Neste contexto, o espaço público se transforma em campo estratégico de disputa simbólica. Como aponta Manuel Delgado (2011), o discurso sobre o espaço público tornou-se ele mesmo uma ideologia, frequentemente mobilizada para mascarar práticas de segregação e disciplinamento dos corpos urbanos. O “Novo Cais” insere-se nessa lógica ao apropriar-se da linguagem da cidadania e da coletividade, ao mesmo tempo em que reafirma dinâmicas de controle e privatização do território. O espaço público, assim, é menos um dado e mais uma construção discursiva, moldada, encenada e instrumentalizada conforme os interesses que dominam a produção da cidade.

A emergência do Movimento Ocupe Estelita, em 2012, constituiu um ponto de inflexão nesse debate. Ao ocupar o antigo Cais José Estelita como forma de resistência ao projeto anterior, o movimento evidenciou as fissuras entre a cidade vivida e a cidade projetada, entre o cotidiano e as narrativas oficiais de modernização. Através de ações políticas e culturais, o Ocupe Estelita reposicionou o espaço público como arena de criação coletiva, revelou os limites da democracia urbana quando confrontada com os interesses do mercado.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar criticamente o modo como o espaço público é narrado, manipulado e transformado em ferramenta de legitimação no discurso oficial do projeto “Novo Cais”. A partir do contraste com a experiência do Movimento Ocupe Estelita, investiga-se de que maneira essa nova proposta reinscreve a cidade dentro da lógica da espetacularização, conformando o que Milton Santos (2000) chamou de “fábula da globalização”: a promessa de inclusão e modernidade que esconde a reprodução de desigualdades e a fragmentação do espaço urbano.



A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e documental, com base em matérias jornalísticas, registros visuais, redes sociais, publicações de coletivos e documentos institucionais. O arcabouço teórico mobiliza autores como Manuel Delgado (2011), Milton Santos (2000), David Harvey (2013), Slavoj Žižek (2013) e Maria da Glória Gohn (2011), permitindo uma leitura crítica dos dispositivos simbólicos que operam na reconfiguração do espaço público e das formas de resistência que emergem em resposta a eles.

Mais do que um simples episódio de contestação urbana, o caso do Estelita tornou-se um marco no debate sobre os usos do espaço público e os sentidos da cidade no século XXI. Ao revisitar a trajetória à luz do projeto “Novo Cais”, busca-se compreender como a cidade é encenada e para quem, e quais os riscos de se transformar o espaço comum em mera vitrine de um urbanismo espetáculo.

Da Praça à Mercadoria: O Espaço Público na Era das Grandes Intervenções Urbanas

A noção de espaço público urbano é frequentemente compreendida como um domínio comum, acessível e destinado à convivência, ao lazer, à circulação e à expressão coletiva. No entanto, essa definição aparente esconde contradições profundas que colocam o espaço público no centro das disputas contemporâneas sobre a cidade. Ao longo do tempo, o conceito tem sido objeto de reformulações teóricas que reconhecem sua complexidade como produto de relações sociais, políticas e simbólicas.

Em *A Invenção do Cotidiano* (1994), Michel de Certeau propõe uma leitura sobre a maneira como os sujeitos comuns interagem com o espaço urbano. Para o autor, o cotidiano é um campo de resistência sutil, onde os indivíduos, mesmo diante de estruturas normativas e planejamentos rígidos, reinventam formas de uso, apropriação e significado. Sua distinção entre “estratégias” e “táticas” é central para essa análise: enquanto as estratégias são ferramentas dos poderes instituídos, como o Estado ou as grandes corporações, para organizar e controlar o espaço, as táticas são as maneiras pelas quais os usuários ordinários se apropriam desses espaços de forma criativa e muitas vezes subversiva.

As caminhadas, os desvios, os usos não previstos, os encontros espontâneos e até os silêncios são gestos táticos que conferem vida ao espaço urbano e resistem à sua padronização. Para de Certeau, essas práticas tornam o espaço algo vivido e não apenas concebido tecnicamente. Ou seja, o espaço público verdadeiro nasce da ação cotidiana dos corpos, da imprevisibilidade dos encontros e da negociação constante entre os sujeitos e a cidade. No caso do projeto “Novo Cais”, é visível a tentativa de esvaziamento dessas práticas em nome de uma cidade-modelo, visualmente limpa, eficiente e controlada. O espaço que se pretende criar ali já nasce com uma série de prescrições de uso, com arquitetura genérica e simbologia esvaziada de vínculos reais com os sujeitos que historicamente produziram aquele território.

A crítica de Certeau nos convida, portanto, a perguntar: que tipo de cidade está sendo projetada quando se apagam as práticas cotidianas, os usos espontâneos, os corpos diversos? O “Novo Cais” ignora a dimensão tática da cidade, apostando em uma narrativa cenográfica e higienizada, que pouco dialoga com a complexidade da vida urbana real. Em vez de promover um espaço aberto à invenção do cotidiano, o que se propõe é uma cidade vitrificada, que parece mais interessada em encenar uma modernidade estetizada do que acolher a vitalidade contraditória de seus cidadãos

Henri Lefebvre (1991) propõe uma leitura do espaço urbano como um campo de produção social, no qual o espaço é construído e reproduzido pelas práticas humanas e pelas relações de poder. Em sua concepção, o espaço público não é apenas o lugar físico onde a vida urbana se manifesta, mas um campo de luta, onde se disputam formas de apropriação, representação e vivência do urbano. Lefebvre formula, a partir disso, o “direito à cidade”, compreendido como o direito de todos os habitantes de participar da produção dos espaços e das decisões sobre o futuro da cidade.

David Harvey (2013), por sua vez, amplia essa discussão ao argumentar que o espaço urbano é uma das principais arenas de acumulação capitalista. Para ele, o controle e a transformação dos espaços públicos tornaram-se estratégias fundamentais para a reprodução do capital, especialmente em contextos de



urbanização neoliberal. A privatização de áreas públicas, os processos de gentrificação e a transformação dos centros urbanos em vitrines do consumo são sinais de como o espaço público se torna mercadoria e instrumento de exclusão.

Milton Santos (2000) introduz uma crítica incisiva à globalização como uma “fábula”, na qual o discurso de progresso e integração mundial encobre a intensificação das desigualdades e a fragmentação do espaço urbano. Segundo ele, os territórios urbanos vêm sendo reorganizados para atender às demandas do capital global, criando uma cidade que é, simultaneamente, visível voltada ao espetáculo e à performance econômica, e invisível, onde se escondem os conflitos, as precariedades e os sujeitos subalternizados. No contexto brasileiro, essa leitura ajuda a entender como políticas públicas e intervenções urbanas, sob o pretexto de “modernização” ou “revitalização”, muitas vezes eliminam os usos sociais do espaço em favor de uma estética compatível com interesses empresariais.

Manuel Delgado (2011), em *El espacio público como ideología*, aprofunda essa crítica ao afirmar que o espaço público foi convertido em uma ficção normativa. Para ele, discursos sobre civilidade, segurança e ordenamento têm sido mobilizados para justificar intervenções que, na prática, promovem o controle, a vigilância e a homogeneização dos modos de estar na cidade. Assim, o espaço público é menos um espaço de liberdade e mais um território constantemente regulado por lógicas de exclusão. Delgado questiona a crença de que basta “qualificar” os espaços com mobiliário, pavimentação ou segurança para que estes se tornem efetivamente públicos.

Essa crítica encontra eco nas análises de Richard Sennett (1986), que observa a crescente deterioração do espaço público como lugar de encontro e confronto entre diferenças. A busca por uma cidade limpa, ordenada e “segura” contribui para o esvaziamento simbólico do espaço público, transformando-o em palco de circulação funcional e consumo visual, em vez de arena de convivência democrática. Nesse contexto, o espaço público urbano se revela como uma construção instável, permanentemente tensionada entre diferentes projetos de cidade: de um lado, o projeto democrático e plural, que reconhece o direito à diferença e ao dissenso; de outro, o projeto mercantil e regulador, que busca transformar a cidade em produto e o cidadão em consumidor.

O projeto “Novo Cais”, apresentado pela Prefeitura da Cidade do Recife, surge como uma proposta de requalificação urbana que visa integrar áreas centrais da cidade por meio da implementação de espaços públicos revitalizados e novas infraestruturas. À primeira vista, o discurso oficial do projeto enfatiza a ideia da “reconexão urbana”, um conceito que sugere a recuperação da convivência, do acesso e da circulação no espaço público, potencialmente beneficiando a população local.

No entanto, o projeto revela que essa “reconexão” pode funcionar como uma ideologia, na acepção apontada por Manuel Delgado (2010), para quem o espaço público é muito mais do que um simples lugar físico; ele é um campo onde se expressam e reproduzem relações de poder, normas sociais e visões de mundo. Delgado argumenta que o espaço público, enquanto ideologia, pode mascarar interesses específicos e servir para legitimar intervenções que favorecem grupos econômicos ou políticos, enquanto invisibilizam as demandas e os direitos de outras parcelas da sociedade.

Além disso, a perspectiva de Milton Santos sobre a globalização como uma “fábula” (2000) ajuda a compreender o “Novo Cais” num contexto mais amplo. Santos denuncia a narrativa da globalização que promete conectividade e desenvolvimento para todos, mas que, na prática, reproduz desigualdades e exclusões espaciais. Assim, o projeto “Novo Cais” pode ser interpretado como parte dessa fábula globalizante, em que a “modernização” e a “reconexão” do espaço urbano muitas vezes são vendidas como soluções universais, enquanto impactam negativamente as populações locais, especialmente as que historicamente ocuparam e vivenciaram a área.

Essa articulação entre ideologia do espaço público e fábula da globalização expõe as contradições das intervenções urbanas contemporâneas: enquanto prometem abrir o espaço para o coletivo, frequentemente reforçam lógicas mercadológicas e de exclusão. O entendimento desse processo é essencial para uma



crítica mais profunda sobre o “Novo Cais” e para repensar políticas urbanas que realmente garantam o direito à cidade para todos.

O “Novo Cais” e a Fábula da Globalização: Uma Crítica à Ideologia do Espaço Público

Passados onze anos desde a ocupação do Cais José Estelita, o cenário urbano do Recife volta a ser mobilizado por discursos oficiais em torno de um novo projeto: o “Novo Cais”. Lançado em 2024 pela Prefeitura da Cidade do Recife, o projeto se apresenta como uma “reparação histórica” e uma “entrega de cidade para as pessoas”, prometendo devolver o acesso público à borda d’água, ao mesmo tempo em que viabiliza a implantação de novas torres residenciais e comerciais.

Sob a ótica de Michel de Certeau (1994), o “Novo Cais” evidencia o choque entre as estratégias dos poderes instituídos que concebem o espaço como um tabuleiro racionalmente ordenado e as táticas cotidianas dos usuários, que inventam percursos, desvios e usos imprevisíveis. Enquanto o projeto oficial oferece um roteiro de fruição pré-programado ciclovias, calçadas instagramáveis, cafés “de conceito” e eventos culturais curados, ele simultaneamente neutraliza a potência tática que faz do espaço público um lugar vivo de encontros e dissensos. Ao disciplinar circulações, impor mobiliário homogêneo e vigiar permanências, o “Novo Cais” converte o que seria campo de invenção em vitrine coreografada para consumo de imagens; resta pouco espaço para as caminhadas erráticas, os usos improvisados e as ocupações insurgentes que caracterizam a “arte do fazer” cidadina. Nessa chave, a fábula globalizante denunciada por Santos e a ideologia do espaço público de Delgado ganham corpo: a cidade é vendida como espetáculo universal de inclusão, mas, na prática, esvazia-se de práticas cotidianas autônomas, impedindo que os habitantes “façam” a cidade com seus próprios passos e gestos.

No entanto, quando analisado à luz das reflexões de Milton Santos (2000), especialmente a ideia de “globalização como fábula”, o projeto Novo Cais pode ser entendido como parte de um imaginário urbano que vende a cidade como produto global, acessível, sustentável e inovador, mas que, na prática, continua a reproduzir a lógica da exclusão e da privatização do espaço urbano. Para Santos, a globalização apresentada como inevitável e benéfica a todos mascara as desigualdades que ela própria aprofunda, impondo um modelo de cidade moldado pelos interesses do capital financeiro e do mercado imobiliário.

Figuras 1 e 2: O projeto da Construtora Moura Dubeux vai contar com a implantação de um novo sistema viário e dois novos parques para a cidade do Recife, maquete apresentada no shopping Rio Mar (Esquerda). Projeção apresenta como deve ficar o Parque da Orla (Direita).



Fonte: Davi de Queiroz/Folha de Pernambuco (Esquerda) e Moura Dubeux/Divulgação (Direita). Disponível em: <https://www.mouradubeux.com.br/blog/novo-cais-do-Recife-transformacao-urbana-que-conecta-qualidade-de-vida>.

O “Novo Cais” encena essa fábula: sob o pretexto da requalificação urbana, retoma a mesma lógica de valorização imobiliária que motivou os protestos do Ocupe Estelita, agora ressignificada por uma retórica progressista que busca aplacar resistências. Ao prometer calçadões, ciclovias e áreas de lazer integradas à cidade, o projeto oculta os conflitos subjacentes ao controle do território, inclusive a exclusão social gerada por esses novos empreendimentos.

Essa tensão é também abordada por Manuel Delgado (2011), ao argumentar que o discurso sobre o espaço público se tornou uma “ideologia”, isto é, uma construção simbólica que encobre os processos reais de mercantilização do urbano. Para Delgado, o espaço público é muitas vezes apresentado como um campo neutro e democrático, mas, na realidade, está submetido a processos de controle, vigilância e estetização, frequentemente orientados pelos interesses de atores privados.

Figuras 3 e 4: Projeção do Parque do Cais (Esquerda) e Projeção do Parque do Cais da praça pública (Direita).



Fontes: Prefeitura do Recife/Divulgação (Esquerda) | Imagem: Prefeitura do Recife/Divulgação (Direita). Disponível em: <https://www.mouradubeux.com.br/blog/novo-cais-do-Recife-transformacao-urbana-que-conecta-qualidade-de-vida>.

No caso do “Novo Cais”, o apelo à cidadania, ao pertencimento e ao “direito de todos ao Recife” funciona como narrativa legitimadora, ao mesmo tempo em que desativa o potencial político de resistência urbana, exatamente o que se buscava preservar com o Ocupe Estelita. Ao incorporar os signos da ocupação (como as bicicletas, os grafites e os palcos culturais) em seus renders e discursos, o projeto transforma a memória do conflito em ativo de branding, diluindo seu caráter subversivo.

Dessa forma, é possível perceber que, mesmo com nova roupagem, os elementos centrais do conflito permanecem: a disputa por terra valorizada, o uso do discurso público para fins privados e a permanência de uma lógica urbana excludente. A crítica de Milton Santos à globalização e a denúncia de Delgado sobre a ideologização do espaço público ajudam a compreender por que, apesar da estética renovada e da linguagem inclusiva, o “Novo Cais” parece repetir, ainda que com mais sofisticação os erros e apagamentos do Projeto Novo Recife.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem que vem sendo construída e vendida pela Prefeitura do Recife para o projeto “Novo Cais” é cuidadosamente fabricada para transmitir uma sensação de modernidade, inovação e reconexão urbana, que pretende transformar a área em um símbolo de progresso e desenvolvimento. No entanto, essa narrativa se revela uma fábula urbana que esconde a realidade das desigualdades e exclusões que acompanham esse tipo de intervenção.

Por trás do discurso oficial de revitalização e integração, o “Novo Cais” representa uma forma sofisticada de mercantilização do espaço público, que privilegia interesses imobiliários e financeiros em detrimento da diversidade social e cultural da cidade. A promessa de um espaço público acessível e democrático é contradita pela transformação do território em uma vitrine imobiliária de alto padrão, que desloca populações tradicionais e limita o uso popular do espaço.

Essa imagem construída funciona como um simulacro, uma fachada que mascara processos reais de segregação e privatização simbólica. A “reconexão urbana” vendida como benefício público se traduz, na prática, em uma desconexão com as necessidades e vozes das comunidades que historicamente ocuparam e deram sentido a esse espaço. Ao invés de promover uma cidade plural e inclusiva, o projeto reforça a mercantilização da paisagem urbana, transformando o espaço público em um produto para consumo estético e especulativo.

Portanto, é fundamental que se reconheça a dimensão ideológica dessa construção e que se abra espaço para disputas sociais efetivas que questionem essa imagem e reivindiquem um espaço público verdadeiramente plural, acessível e vivo, que vá além das aparências projetadas para agradar mercados e investidores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Henrique Soares Carneiro. **Apresentação - Rebeliões e Ocupações de 2011**. In: HARVEY, David et al. *Occupy: Movimentos de Protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COMITÊ INVISÍVEL. **Ao nossos amigos**. Lisboa: Antígona, 2016.

DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideología**. Madrid: Catarata, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 2011.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. In: MARICATO, Hermínia et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. [S.l.]: Boitempo/Carta Maior, 2013. p. 47-61.

HARVEY, David. **Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis**. In: HARVEY, David et al. *Occupy: Movimentos de Protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012.

MARTINS, Mariana; MOREIRA, Mariana. **Como a Ocupação Estelita venceu o silêncio da mídia**. Carta Capital Online. São Paulo, 29 maio 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica--de--uma--morte--anunciada--a--cobertura--do--ocupeestelita--em--pe--3964.html>. Acesso em: 8 maio 2015.

MOREIRA, Mariana; MARTINS, Mariana. **O que a imprensa do Recife não conta sobre o Estelita**. Carta Capital [Intervozes]. São Paulo, 29 maio 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/cronica--de--uma--morte--anunciada--a--cobertura--do--ocupeestelita--em--pe--3964.html>. Acesso em: 30 maio 2015.

PAIVA, Claudio Cardoso; SERRANO, Paulo Henrique. **Movimento Ocupe Estelita: a ecologia da mídia e o imaginário político da cidade**. Brasília: Compós, 2015. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos--2015--34ebc3f6--729d--45a8--b7bf--3361bfe4f9a2_2875.pdf. Acesso em: 27 jul. 2015.



SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução de Lygia Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VERAS, Lúcia. **Paisagem Postal: A imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano**. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ŽIŽEK, Slavoj. **Problemas no Paraíso**. In: MARICATO, Hermínia et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. [S.l.]: Boitempo/Carta Maior, 2013. p. 181-195.

